



# Em busca da sustentabilidade na cadeia da carne na Amazônia Legal: qual o papel do setor financeiro?

**Sofia Bosque Barretto**, Engenheira Florestal, Licenciada em Ciências Agrárias e Assistente Socioambiental de Cadeias Agropecuárias no Imaflora e **Marcella Cavalcanti Seraphim**, Graduada em Engenharia Ambiental e estagiária de Cadeias Agropecuárias no Imaflora.



Foto: Shutterstock

## Mensagens-chave:

**1** A posição do setor financeiro é ponto chave na busca da responsabilidade socioambiental na cadeia da carne na Amazônia Legal. Ela deve estar alinhada às metas e compromissos firmados por governos e empresas, e seguir o movimento global por cadeias de fornecimento de commodities livres de desmatamento e da ameaça aos direitos humanos.

**2** É necessário um trabalho conjunto entre setor produtivo, indústria, setor financeiro, governo e sociedade civil para operacionalizar a transformação da cadeia, implementando a rastreabilidade e monitoramento e cumprindo os critérios exigidos.

**3** No sentido de compartilhar responsabilidades e alcançar os objetivos desejados, deve-se avançar também no monitoramento e verificação do cumprimento de critérios socioambientais pelos correntistas clientes das instituições financeiras para a construção e disponibilização de incentivos à regularização.



## Amazônia e agropecuária em números: um retrato do setor e seus impactos

A Amazônia é o bioma com maior área de pastagem no Brasil e concentrou aumento de cerca de 200% da atividade pecuária entre 1985 e 2020<sup>1</sup>. Esse aumento revela importantes avanços econômicos, como a participação de 6,8% do setor no PIB brasileiro em 2022 e o posto de maior exportador de carne bovina no mesmo ano (27,7% das exportações mundiais). Porém, esse crescimento é acompanhado de dados preocupantes: os recordes de desmatamento no bioma são recorrentes, sendo que mais de 90% ocorre ilegalmente<sup>2</sup>. A pastagem ocupava 75% da área desmatada em florestas públicas não destinadas, em 2020, e, entre 2016 e 2020, 93% do total desmatado se sobrepôs às zonas de compra dos frigoríficos.<sup>2,3</sup>

Ainda, o Relatório SEEG 2023 do Observatório do Clima revela que 74% da emissão de GEE no Brasil vem de mudanças no uso da terra (50%) e de atividades agropecuárias (24%). Na Amazônia, os municípios que mais desmatam e mais emitem

GEE coincidem com os que possuem mais cabeças de gado<sup>4</sup>, como mostra a Figura 1.

Essas informações demonstram a relevância da pecuária como um agente transformador e crucial para a conversão desse quadro.

Em decorrência da emergência climática, o desmatamento da Amazônia está no centro das principais discussões globais, como foi nas COP 26 e 27. O cenário impulsionou compromissos do governo brasileiro de zerar o desmatamento e reduzir em 50% as emissões de carbono até 2030, e a publicação de legislações e exigências internacionais, como a Regulação de Desmatamento da União Europeia (EUDR). Compromissos do próprio setor de transformação do agronegócio também já são públicos, como os que constam no Agriculture Sector Roadmap to 1.5°C firmado entre as principais traders e processadoras de commodities agrícolas do mundo.

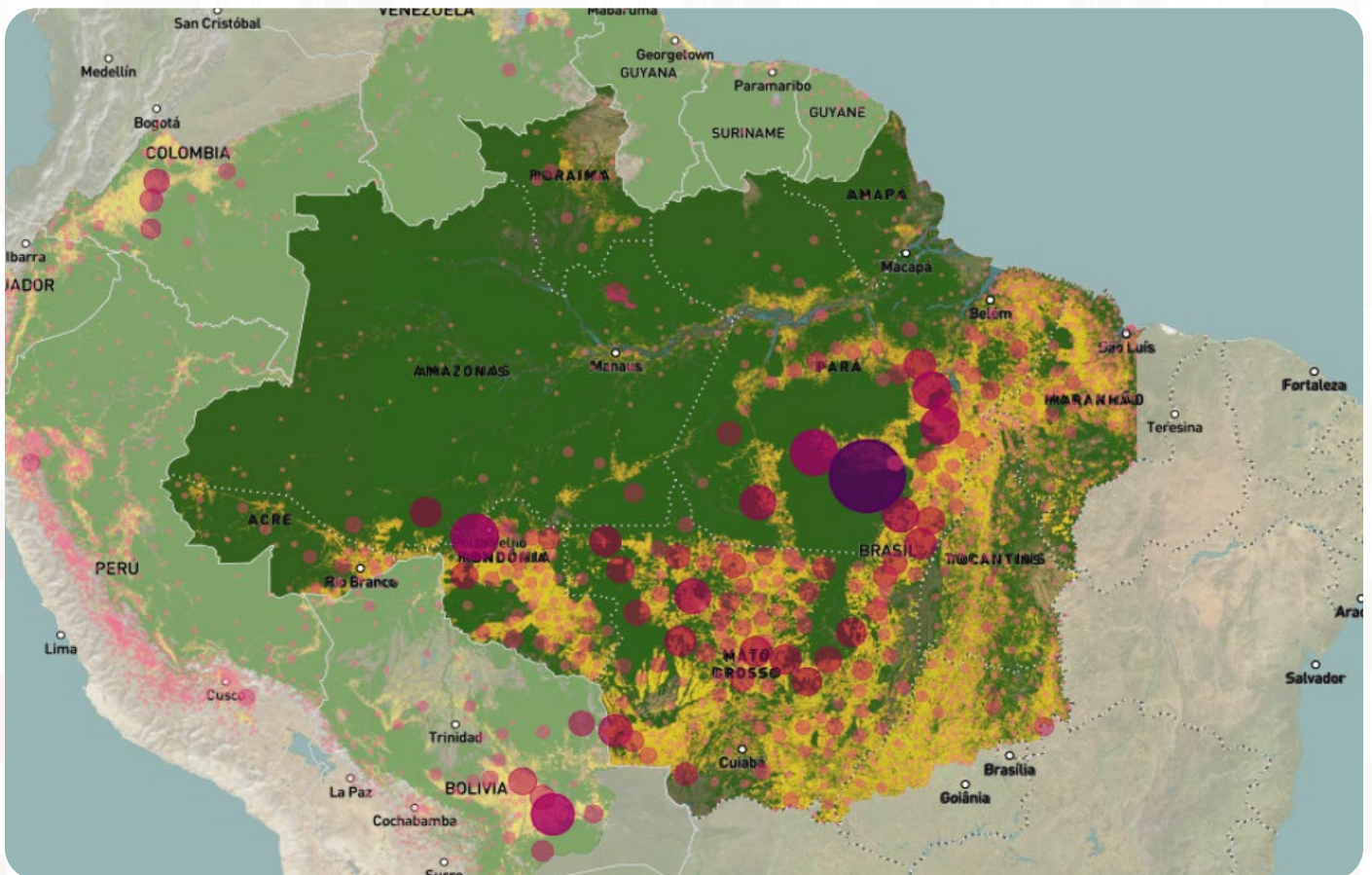


Figura 1: Cobertura agropecuária (amarelo) e emissões de GEE (Mt CO<sub>2</sub>) (roxo) na Amazônia, em 2020. Fonte: Infoamazônia4



## Qual o papel do setor financeiro relacionado à agropecuária brasileira?

Diante da atenção e tensão voltadas às cadeias de suprimento da Amazônia e suas relações com desmatamento e emissão de GEE, a exigência pela comprovação do cumprimento de critérios socioambientais será cada vez mais presente nas relações comerciais. Dentro do setor financeiro, as instituições têm se posicionado, buscando contribuir com a agenda climática brasileira. Por outro lado, os investidores pretendem evitar potenciais riscos à sua imagem e negociações, caso não consigam garantir o cumprimento dessa agenda por seus clientes.

Em seus procedimentos de Autorregulação, a FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, aprovou em 2014, o Normativo SARB 014/2014 para a criação e implementação de políticas de responsabilidade socioambiental para seus signatários. Em 2021, o Banco Central publicou a Resolução nº 140 que estabelece critérios socioambientais para que as instituições financeiras concedam crédito rural. A partir de fevereiro de 2023, o BNDES, em parceria com MapBiomas, passou a utilizar tecnologia na identificação de desmatamento ilegal em imóveis, antes de aprovar o crédito rural, e já bloqueou cerca de R\$25 milhões em recursos de financiamento de 58 operações (17 para cultivo de soja e 15 para criação de gado de corte).

Em maio passado, a FEBRABAN aprovou o Normativo SARB 026/20235 para a gestão do risco de desmatamento ilegal na cadeia de carne bovina na Amazônia Legal e Maranhão e

pede que frigoríficos e matadouros clientes das Instituições Financeiras Signatárias demonstrem, até 2025, a não aquisição de gado associado ao desmatamento ilegal de fornecedores diretos e indiretos nível 1 (ver Figura 2). A norma é voluntária e já foi aderida por vinte e duas instituições.

### Deve-se criar sistemas de Rastreabilidade e Monitoramento baseados nos critérios socioambientais:

1. Listas de embargo de desmatamento ilegal do Ibama e dos órgãos estaduais;
2. Sobreposição da propriedade com polígonos do Sistema Prodes;
3. Documentos de Autorização de Supressão da Vegetação, quando detectado desmatamento;
4. Sobreposição com Terras Indígenas e Unidades de Conservação;
5. Lista Suja do Trabalho Escravo;
6. Protocolo do CAR;
7. Informações de aquisição de animais;
8. Dados verificáveis e auditáveis.

O posicionamento da Federação é importante para pressionar e estimular o setor agropecuário a adotar medidas de controle do desmatamento ilegal e para firmar e tornar pública a mensagem de que não apoiarão práticas ilegais.

Para complementar, o protocolo de monitoramento e verificação da FEBRABAN deveria ser ampliado para o engajamento de correntistas produtores rurais, tomadores de créditos, não-conformes, a fim de incentivar a regularização ambiental e adoção de boas práticas. Além disso, trabalhar para a construção de um sistema único e integrado para o controle da origem agropecuária se mostra ainda mais relevante diante das demandas para toda a cadeia.

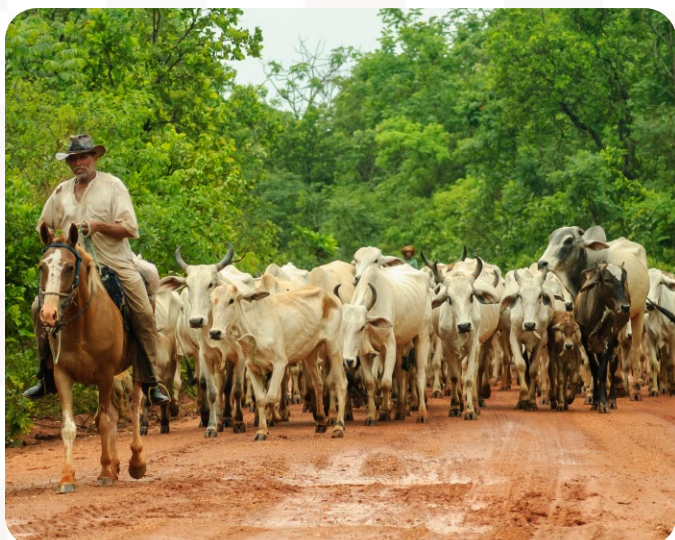


Foto: Cacio Murilo / Shutterstock.com



## Qual a repercussão no setor?



Foto: David Fuentes Prieto/Shutterstock

O anúncio publicado pela FEBRABAN sobre a implementação do normativo SARB 026/2023 gerou repercussão entre os atores da cadeia da pecuária no Brasil. Em nota, a Federação afirma que o processo de elaboração foi denso e envolveu diferentes grupos ligados ao tema, como organizações da sociedade civil, representantes do setor da carne, órgãos públicos e consultorias. Ainda, compromissos e protocolos já existentes, como o Programa Boi Na Linha, foram utilizados como referência para maior alinhamento da iniciativa com boas práticas e ferramentas de regularidade já existentes no setor.<sup>6</sup>

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) apoiou a decisão da FEBRABAN, e defende iniciativas que aumentem os padrões de sustentabilidade. A Associação propõe a expansão da aplicação de critérios socioambientais aos correntistas dos bancos, uma vez que a norma foca apenas nos frigoríficos, e também sugere ações de incentivo financeiro para regularização dos pecuaristas

em situação de inconformidade<sup>7</sup> de forma que possam ser reinseridos na cadeia.

Em resposta, a FEBRABAN utiliza como argumento o Normativo 014/2014 e a Resolução do Banco Central N°140. Porém, faltam informações sobre a efetividade na aplicação dos critérios, monitoramento e verificação. Ainda, os critérios estabelecidos são frágeis e pouco detalhados.

Já os pecuaristas receberam a notícia com maiores ressalvas. A Associação dos Criadores do Mato Grosso (Acrimat), se preocupa que a iniciativa promova restrições mais rígidas ao setor, com relevantes consequências, especialmente para pequenos e médios produtores. A Aliança Paraense da Carne julgou a norma como “oportunista”, alegando que os critérios estabelecidos já são monitorados pelo setor, teme que falte recursos para investimento e capital de giro e defende incentivos ao crédito em caso de cumprimento das regras. Ambas as organizações esperavam maior diálogo com a FEBRABAN e participação no processo de construção do normativo.<sup>8</sup>



## BOI NA LINHA

Lançado em 2019 pelo Imaflora em parceria com o MPF (Ministério Público Federal), o Boi na Linha articula os elos da cadeia produtiva da carne na Amazônia Legal, interligando produtores, frigoríficos, curtimes e varejistas. O objetivo do programa é garantir a implementação dos compromissos socioambientais assumidos pelos signatários do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). A plataforma online disponibiliza dados, ferramentas e informações sobre o setor de forma totalmente aberta e transparente, para a promoção de uma cadeia livre de irregularidades socioambientais.

Além da parceria com o MPF, a iniciativa conta também com o apoio da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes) e financiamento da União Europeia e demais organizações: Moore Foundation, NWF, P4F, ICS e Great for Partnerships do Reino Unido.



O Imaflora é uma organização não governamental brasileira, criada em 1995, para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios sociais no setor florestal e agrícola.

## Referências:

1. MAPBIOMAS. PASTAGENS BRASILEIRAS OCUPAM ÁREA EQUIVALENTE A TODO O ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <https://mapbiomas.org/pastagens-brasileiras-ocupam-area-equivalente-a-todo-o-estado-do-amazonas>. Acesso em: 30 jun. 2023.

2. (O)ECO. Radar Verde ajudará consumidor a fazer escolhas mais conscientes na hora de comprar carne. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/radar-verde-ajudara-consumidor-a-fazer-escolhas-mais-conscientes-na-hora-de-comprar-carne/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

3. IPAM Amazônia. AMAZÔNIA EM CHAMAS DESMATAMENTO, FOGO E PECUÁRIA EM TERRAS PÚBLICAS. N. 8, out. 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Amazo%CC%82nia-em-Chamas-8-pecua%CC%81ria-pt.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

4. INFOAMAZÔNIA. Relação entre desmatamento, pecuária e emissões de CO2. Disponível em: <https://infoamazonia.org/storymap/mapbiomas-uso-do-solo-1985-2020/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

5. FEBRABAN. SARB 026/2023: NORMATIVO SARB 026/2023, 2023. Disponível em: <https://cmsarquivos.autorregulacaobancaria.com.br/Arquivos/documentos/PDF/SARB%20026-2023%20NORMATIVO%20PARA%20GEST%C3%83O%20DO%20RISCO%20DE%20DESMATAMENTO%20ILEGAL%20NA%20CADEIA%20DE%20CARNE%20BOVINA.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

6. FEBRABAN. Bancos estabelecem regra de autorregulação para a cadeia de carne bovina. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3934/pt-br/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

7. LUCAS BOMBANA. Folha de S.Paulo. Reação de bancos a desmatamento ocorre em contexto de maior pressão ambiental; entenda. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/desmatamento-e-um-dos-principais-desafios-climaticos-do-pais-diz-febraban.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2023.

8. LUIS ROBERTO TOLEDO. Canal Rural. Líder da pecuária no Pará chama Febraban de oportunista por restrição de crédito a frigoríficos. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/lider-da-pecuaria-no-para-chama-febraban-de-oportunista-por-restricao-de-credito-a-frigorificos/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

## Expediente:

### Jornalista responsável

Dani Marques MTB 4625|SP

### Revisão, arte e diagramação

W5 Publicidade

### Tradução

Lesley Sogl (Inglês) e Monica Shimabukuro (Mandarin)

O InfoBoi foi criado em 2020 por iniciativa do Programa Boi na Linha e é organizado por Lisandro Inakake, engenheiro agrônomo e Coordenador de Projetos em Cadeias Agropecuárias no Imaflora; e Louise Nakagawa, PhD em energia e Pesquisadora de Projetos de Cadeias Agropecuárias no Imaflora